

ELEIÇÕES/ Com mais de 2 milhões de eleitores no DF, Justiça Eleitoral e especialistas detalham prazos, deveres e cuidados para quem irá votar e para os candidatos, antes e durante o pleito deste ano



O caminho das urnas em 2026

» ANA CAROLINA ALVES

Em outubro, mais de 2 milhões de brasileiros voltarão às urnas eletrônicas para escolher seus representantes pelos próximos quatro anos. O 1º turno das Eleições Gerais de 2026 será em 4 de outubro, quando o eleitorado fará seis escolhas nas urnas: deputado federal, deputado distrital, senadores, governador e vice-governador, presidente e vice-presidente da República. Caso necessário, o 2º turno para a definição das disputas para presidente da República e governador será em 25 de outubro.

Para os eleitores brasileiros e brasileiros residentes no exterior, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF) é o órgão responsável por garantir toda a logística, a tecnologia, a infraestrutura e a força de trabalho necessárias para que o processo eleitoral transcorra de forma regular, segura e organizada nos dias de votação. Cabe ao Tribunal assegurar que cada etapa da eleição funcione de maneira integrada, do planejamento inicial à apuração final dos votos.

De acordo com a Corte Eleitoral, as urnas eletrônicas serão preparadas, testadas e distribuídas antes do pleito, e os mesários serão convocados, capacitados e orientados para atuar nos locais de votação. Além disso, o cadastro eleitoral é mantido atualizado, os locais de votação passam por vistorias e adequações, os pedidos de registro de candidaturas são analisados e julgados, e a propaganda eleitoral é monitorada. Esse conjunto de ações, segundo o TRE-DF, visa garantir uma eleição “segura, diligente, transparente e com resultado rápido”.

Embora ainda pareça distante, o período que antecede as eleições é decisivo para o bom funcionamento do processo democrático e exige atenção tanto quanto o próprio dia da votação. O advogado especialista em direito eleitoral Newton Lins alerta que a fase pré-eleitoral concentra prazos e regras importantes, especialmente para eleito-

res que pretendem mudar o domicílio eleitoral. Segundo ele, o prazo legal para a alteração é de 150 dias antes do pleito. “Para as eleições de 2026, o prazo final é 6 de maio de 2026”, explica.

Além do cumprimento do prazo, o eleitor precisa estar com a situação regular junto à Justiça Eleitoral, respeitar o intervalo mínimo de um ano entre transferências e comprovar vínculo com o novo município. Quem perde a data-limite ainda pode votar no domicílio antigo, ou justificar a ausência. “O problema é não justificar”, alerta o advogado. De acordo com ele, a omissão pode resultar no cancelamento do título eleitoral e gerar uma série de restrições, como impedimentos para emitir passaporte ou tomar posse em cargo público.

Rigor

Para além das questões burocráticas, Lins chama a atenção para comportamentos que, à primeira vista, podem parecer inofensivos, mas que escondem práticas ilegais. “Gestos que parecem simples — como aceitar favores, ajudas ou benefícios de alguém que pretende disputar uma eleição — podem esconder práticas ilegais”, afirma. Segundo o advogado, a Justiça Eleitoral monitora esse tipo de conduta com rigor por entender que ela compromete diretamente a liberdade do voto. “Mesmo quando a pessoa diz que ‘recebeu, mas vota em quem quiser’, a experiência mostra que, na prática, surge um sentimento de retribuição”, alerta.

Esse tipo de comportamento, explica Lins, esvazia o sentido democrático da escolha. “O voto deixa de ser uma escolha livre e passa a funcionar como uma recompensa pessoal. É muito comum ouvir-se: ‘Fulano merece ganhar a eleição’”, diz. Para o especialista, essa lógica distorce o processo eleitoral, já que “o mandato não é um prêmio, é uma decisão coletiva da sociedade”. Do ponto de vista jurídico, ele ressalta que a troca de favores pode configurar compra de votos, e que o Có-

O combate às fake news deve ser cirúrgico, sob pena de o Judiciário ultrapassar o papel de garantidor do processo democrático e passar a exercer controle sobre o debate político”

Luiz Gustavo Cunha,
advogado especialista
em direito eleitoral

digo Eleitoral tipifica como crime oferecer ou receber vantagem para influenciar na escolha do candidato, “mesmo antes da campanha, desde que fique clara essa intenção”.

O advogado destaca, ainda, o papel ativo do eleitor na fiscalização do processo democrático. “Ele não é apenas um espectador, mas um verdadeiro fiscal da democracia”, assinala. Entre as irregularidades que devem ser denunciadas estão a compra de votos, a propaganda irregular ou antecipada, o abuso da máquina pública e a pressão sobre eleitores. Lins orienta que o cidadão reúna provas simples, como registros e capturas de tela, e evite confrontos diretos ou rebater desinformação nas redes sociais. “O ideal é rapidamente colher provas e levar imediatamente ao conhecimento do Ministério Público Eleitoral e da Justiça Eleitoral”, orienta.

Disputa

Para quem pretende disputar os cargos eletivos neste ano, o TRE-DF informa que as regras específicas da eleição ainda serão detalhadas e regulamentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A partir dessas resoluções, candidatos, partidos e

É vedado, no período de pré-campanha, o pedido explícito de voto (...) não é apenas o ‘vote em mim’, podendo ficar configurado por ‘palavras mágicas’, como ‘me apoie’, ‘conto com você’ ou algo do tipo”

Guilherme Barcelos,
advogado
especialista em direito eleitoral

federações passam a ter parâmetros claros sobre o que pode ou não ser feito ao longo do processo eleitoral.

A propaganda eleitoral, por regra, só é permitida após 15 de agosto, data-limite para o registro das candidaturas. No entanto, a legislação passou a admitir maior flexibilidade no período de pré-campanha. O advogado especialista em direito eleitoral Guilherme Barcelos explica que a mudança está relacionada à redução do tempo oficial de campanha, para 45 dias. Ainda assim, ele ressalta que existem limites bem definidos para evitar desequilíbrio na disputa. “É vedado, no período de pré-campanha, o pedido explícito de voto. Esse pedido explícito não é apenas o ‘vote em mim’, podendo ficar configurado por ‘palavras mágicas’, como ‘me apoie’, ‘conto com você’ ou algo do tipo”.

Além disso, condutas proibidas durante a campanha eleitoral continuam vedadas também antes do seu início. “No período de pré-campanha, não podem ser utilizados meios vedados de propaganda, valendo dizer: se é vedado na campanha, vedado também o é na pré-campanha”, afirma o advogado. Barcelos chama a atenção para as regras relacionadas aos gastos nes-

se período. “Os pré-candidatos e os partidos políticos não podem fazer gastos vultosos. Devem respeitar o caráter módico dos dispêndios e a realidade da média dos candidatos potenciais.”

De acordo com o especialista, as irregularidades mais frequentes estão diretamente ligadas ao uso das redes sociais, embora outras práticas também despertem atenção da Justiça Eleitoral. “Se o conteúdo do anúncio no outdoor [ou outra mídia] tiver mínima vinculação com o pleito, no sentido de uma exaltação pessoal com vistas à eleição que se avizinha, o pré-candidato poderá ter problemas”, afirma. A penalidade prevista é multa. “De R\$ 5 mil a R\$ 30 mil, ou em valor superior se o valor gasto para a prática do ilícito tiver sido maior”, destaca.

Segundo Barcelos, o uso indevido das redes pode gerar consequências severas. “O uso das redes para propagar desinformação poderá configurar o ilícito de uso indevido de meio de comunicação social, que é passível de cassação e de sanção de inelegibilidade.” Para evitar riscos jurídicos, ele resume: “Uma assessoria jurídica qualificada, assim como um marketing alinhado com essa assessoria, ainda é o melhor caminho”.

Fake news

Em meio a regras e limites do processo de votação, a desinformação se impõe como um dos principais desafios para a Justiça Eleitoral. O advogado especialista em direito eleitoral Luiz Gustavo Cunha explica que, no contexto das eleições, as fake news correspondem à “divulgação intencional de informações falsas ou gravemente distorcidas, com potencial de interferir na formação da vontade do eleitor e comprometer a normalidade e a legitimidade do pleito”.

Segundo ele, a legislação brasileira evita uma definição fechada do termo justamente para não gerar restrições indevidas à liberdade de expressão. “O enfrentamento jurídico ocorre de forma indireta, por

meio do Código Eleitoral, da Lei nº 9.504/1997 e das resoluções do Tribunal Superior Eleitoral”, detalha.

Para reduzir os impactos desse tipo de prática, o TRE-DF adota diversas estratégias institucionais. Entre elas estão a criação de canais de denúncia, como o aplicativo Pardal, parcerias com agências de checagem, o apoio da imprensa no esclarecimento de informações falsas e a realização de campanhas educativas voltadas à população.

Cunha ressalta que o combate à desinformação exige cautela e rigor técnico. “O combate às fake news deve ser cirúrgico e baseado em prova objetiva, sob pena de o Judiciário Eleitoral ultrapassar o papel de garantidor do processo democrático e passar a exercer controle sobre o debate político”, ressalta. Para que a apuração seja efetiva, ele reforça a necessidade de dados concretos. “É fundamental indicar o link ou perfil de origem do conteúdo, a data da publicação, o contexto da divulgação e, sempre que possível, demonstrar objetivamente a falsidade da informação”, afirma.

Ao analisar os impactos da desinformação, o advogado avalia que o problema vai além da simples mentira deliberada. “As fake news representam risco concreto à democracia quando distorcem fatos objetivos, manipulam emoções e induzem o eleitor ao erro”, esclarece.

Cunha reconhece avanços no enfrentamento da desinformação eleitoral no país, mas pondera que ainda há desafios importantes a serem superados. “O Brasil avançou no desenvolvimento de mecanismos institucionais e tecnológicos”, argumenta ele, destacando, porém, que a falta de critérios claros ainda gera insegurança.

“A ausência desses limites claros gera insegurança jurídica e alimenta a percepção de atuação seletiva da Justiça Eleitoral”, conclui. Para ele, o maior desafio é “combater notícias falsas sem comprometer direitos fundamentais que sustentam o próprio regime democrático, como a liberdade de expressão”.

ARTIGO

» VITOR SAMPAIO*

DESINFORMAÇÃO EM ANO ELEITORAL

Em ano eleitoral, a desinformação funciona como uma arma de curto alcance e longo efeito. Ela não chega mais como boato de esquina: se espalha em minutos nas redes e, mesmo desmentida, costuma deixar um rastro emocional: medo, revolta, desconfiança. O prejuízo maior não é só alguém acreditar

numa falsidade pontual; é o debate público passar a girar em torno de realidades paralelas.

A democracia depende de liberdade de expressão, inclusive para a crítica e o dissenso. O problema começa quando a comunicação eleitoral vira desinformação deliberada com potencial de

manipular o eleitor, sabotar a confiança no sistema ou destruir reputações com “fatos” fabricados. A partir daí, entra-se no campo de ilícitos eleitorais e civis — e, em situações específicas, também penais.

A consequência prática não é censura; é responsabilidade por condutas que deformam o jogo democrático. Dependendo

do caso, a Justiça pode determinar remoção, direito de resposta, multas por propaganda irregular e, quando há estrutura organizada e capaz de desequilibrar a disputa, pode caracterizar abuso de poder, com repercussões eleitorais sérias.

Há também uma dimensão que, em 2026, torna o desafio ainda maior: a industrialização da mentira por IA. Deepfakes e montagens reduzem o custo de produção da fraude, dão aparência de prova ao que é manipulação e são premiados

com engajamento nas plataformas.

Para o eleitor, a prevenção exige desconfiar do conteúdo que provoca indignação imediata; checar a origem; confirmar em mais de uma fonte; e lembrar que mensagem “encaminhada muitas vezes” não é selo de verdade. No fim, fake news não ameaça apenas um lado ou outro: corrói o direito do eleitor de decidir com base na realidade.

*Vitor Sampaio é advogado